

# CONEXÕES DISCURSIVAS CONSEQÜENCIAIS

## CONSEQUENTIAL DISCOURSIVE CONNECTION

Ana Cristina Macário LOPES<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho, proponho-me refletir sobre a expressão do nexos causa/conseqüência em Português europeu contemporâneo, no âmbito de uma investigação sobre processos de construção da coesão/coerência textual que elege a análise dos conectores como cerne da pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conector; conseqüência; semântica; pragmática.

**ABSTRACT:** *This text reflects on aspects related to the expression of cause/consequence in European Portuguese, within a research line on textual cohesion and coherence focused on connectors.*

**KEYWORDS:** *Connector; consequence; semantics; pragmatics.*

Falar de conseqüência implica, necessariamente, falar de causa, noção de inegável centralidade na semântica das línguas naturais.<sup>2</sup> Categoria universal do ponto de vista da cognição humana (Faria, 1996), é, também, um conceito lógico que integra a lista finita de primitivos semânticos definida por Wierzbicka (1996), fundo partilhado pelo conjunto das línguas humanas sob diferentes formas de expressão e de realização lexical. Restringindo a nossa análise a um sub-conjunto de procedimentos lingüísticos de expressão da relação de causa/conseqüência em Português Europeu, propomo-nos, na esteira de Degand & Maat (1999) e Maat & Sanders (2001), explorar a hipótese

<sup>(1)</sup> Centro de Estudos de Lingüística Geral e Aplicada (CELGA), Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Este estudo integra-se no projecto *Marcadores Discursivos do Português Europeu contemporâneo*, desenvolvido no CELGA, unidade de I&D financiada pela FCT.

<sup>(2)</sup> São diversas as áreas do conhecimento que se têm debruçado sobre a questão da causalidade, da filosofia à lingüística, passando pela psicologia cognitiva, sociologia, antropologia, estatística e lógica. Para uma síntese destas pesquisas, veja-se Faria (2003).

segundo a qual a selecção dos conectores habitualmente enquadrados na classe dos que sinalizam conseqüencialidade (e que funcionam, portanto, como imagem especular dos conectores causais) é determinada pelo maior ou menor envolvimento do falante no discurso. Este trabalho apóia-se em dados empíricos recolhidos no *corpus* CETEMPúblico, disponível on-line<sup>3</sup>, e em exemplos por nós construídos.

## 1. Considerações preliminares

Em van Dijk (1977), obra de referência incontornável no campo da Linguística Textual e da Análise do Discurso, define-se a relação de causa/conseqüência nos seguintes termos: um evento A causa um evento B se A for condição suficiente para a ocorrência de B (esta definição implica que, pelo menos, num mundo possível, a ocorrência de A é incompatível com a não ocorrência de B). Trata-se de uma definição clássica de causalidade, no âmbito lógico-semântico, partilhada entre outros por Lopes (1972) que afirma, na mesma linha de pensamento, que "uma causa é uma condição suficiente que se verifica na realidade. Portanto a conjunção causal exprime uma condição suficiente directamente comprovada pelos factos" (p. 25)<sup>4</sup>. Assim, o que está em jogo neste tipo de definição é a causa real, que provoca um determinado efeito ou resultado e implica seqüencialidade temporal. Por outras palavras, em sentido estrito, a relação causa/conseqüência envolve eventos ou situações do mundo externo, e uma relação de precedência temporal, ou de anterioridade, da causa. Uma formalização possível para este nexos seria a seguinte: CAUSA ( $\alpha, \beta$ )  $\Rightarrow \alpha < \beta$  ou CONSEQ ( $\beta, \alpha$ )  $\Rightarrow \beta > \alpha$ .

Este tipo de nexos semântico pode ser ilustrado paradigmaticamente pelos enunciados (1) e (2), que são equivalentes:

(1) A terra secou porque não choveu durante todo o ano.

(2) Não choveu durante todo o ano, daí que a terra tenha secado/ daí a terra estar seca.

Recorrendo aos parâmetros propostos por Hengeveld (1998) para a caracterização semântica das orações adverbiais e aqui considerados relevantes, diremos que construções como as que figuram em (1) e (2) envolvem: (i) entidades extensionais de segunda ordem, estados de coisas localizáveis

<sup>(3)</sup> Este *corpus* pode ser consultado no seguinte endereço: <http://www.linguatca.pt>.

<sup>(4)</sup> Em Neves (1998), este tipo de relação é designada 'relação causal *stricto sensu*' ou 'causa real ou efectiva'. A autora questiona a pertinência de uma definição lógico-semântica da causalidade no âmbito da investigação linguística, numa linha de argumentação que se cruza com a nossa.

no tempo e no espaço.<sup>5</sup>; (ii) referência temporal independente, na medida em que não há sobreposição entre os intervalos de tempo em que se localizam as duas situações descritas; (iii) modalidade factual, tanto na oração principal como na subordinada (os eventos descritos são considerados reais), (iv) ausência de conteúdos pressupostos. Acrescente-se que as construções conseqüenciais, contrariamente às causais, observam o princípio da iconicidade, na medida em que a ordenação temporal relativa dos eventos no mundo corresponde à ordem linear da seqüência discursiva. Noutros termos, há um isomorfismo entre ordem seqüencial dos eventos - a causa antecede no tempo a conseqüência - e linearização das proposições linguisticamente expressas.

Embora semanticamente equivalentes, importa assinalar que causais e conseqüenciais têm comportamentos distintos do ponto de vista sintáctico. De facto, a conexão de causal marcada por *porque* dá origem a um produto frásico, como se comprova pelo testes de encaixamento da proposição complexa como complemento de um verbo ou de um advérbio de frase:

(1') A Ana acredita [que [a terra secou porque não choveu todo o ano]].

(1'') Possivelmente [a terra secou porque não choveu todo o ano].

Já a conexão conseqüencial sinalizada por *daí (que)* dá origem a um produto textual mas não frásico, como se demonstra aplicando os mesmos testes:

(2') \*A Ana acredita [que [não choveu todo o ano, daí que a terra tenha secado]].

(2'') \*Possivelmente, [choveu todo o ano, daí que a terra tenha secado].

Em (2'), o asterisco assinala que a estrutura final resultante da conexão não funciona como uma frase complexa; a Ana apenas acredita que não choveu todo o ano; a segunda oração não funciona como complemento do verbo. Em (2''), o advérbio aplica-se apenas à primeira oração, ou seja, não tem, no seu escopo, a totalidade da construção. O asterisco marca a inaceitabilidade da parentetização.

É sabido que muitas das construções ditas causais expressam não uma causa, nos moldes estritos acima definidos (uma conexão de causa/efeito de facto existente entre duas situações do mundo sociofísico),

<sup>(5)</sup> A proposta de Hengeveld baseia-se em Lyons (1977) e é compatível com a representação semântica estratificada do enunciado no quadro teórico da Gramática Funcional.

mas a razão ou o motivo que leva à realização de uma determinada acção intencional. Na literatura, esta relação aparece freqüentemente designada por *volitional cause* (cf. Mann e Thompson (1988), Maat e Sanders (2001)). Para ilustrar este tipo de relação, vejamos os exemplos seguintes:

(3) O João cancelou a viagem porque a mãe estava doente.

(4) A mãe estava doente, por isso o João cancelou a viagem.

Nestes exemplos, a doença da mãe do João é apresentada como sendo a razão ou o motivo que o leva a cancelar a viagem. A fonte da razão ou motivo é a entidade envolvida na denotação do SN sujeito da oração principal em (3), que no caso vertente não coincide com o sujeito de enunciação. Assinale-se que o enunciado (4) mantém com (3) uma relação de paráfrase: *porque* marca a causa, *por isso* marca a consequência. *Por isso* comuta livremente com *de modo que* e *daí que*, sendo que, neste último caso, o verbo da oração consequencial ocorre no pretérito perfeito do conjuntivo (*daí que o João tenha cancelado a viagem*)<sup>6</sup>.

Há dois tipos de construções que revelam afinidades com as causais e consequenciais acima ilustradas. Pensamos concretamente nas construções conclusivas e nas explicativas, que, a seguir, se exemplificam:

(5) A neve derreteu, portanto a temperatura subiu.

(6) A temperatura subiu, porque/pois a neve derreteu.

Em (5), o conector sinaliza que a oração que prefacia é a conclusão ou consequência lógica de uma inferência. Uma paráfrase aceitável de (5) será: o facto de o falante saber que p (ou acreditar que p), sendo p a premissa expressa na primeira oração, é a causa que o leva a concluir q, dada a assunção de uma premissa genérica implícita, a saber 'Se/quando/sempré que a neve derrete, a temperatura sobe'. A conclusão introduzida pelo conector é uma consequência resultante de um raciocínio inferencial cuja explicitação requer a recuperação de uma premissa implícita. A inferência pertence ao domínio mental do falante, não decalcando o nexó consequencial relevante no mundo.

Em (6), o falante asseré uma proposição e justifica a sua asserção através de um argumento apresentado como prova. Trata-se de uma construção que funciona como imagem especular da anterior. O que distingue os dois exemplos é o facto de, em (5), a premissa preceder a conclusão, ao passo que em (6) se opta pela ordem inversa: a conclusão antecede a premissa, sendo esta invocada para sustentar/justificar o que foi dito. Uma paráfrase possível para

<sup>(6)</sup> Uma construção alternativa, exactamente com o mesmo valor semântico, envolve a ocorrência de uma oração infinitiva introduzida por *daí*: *daí o João ter cancelado a viagem*.

(6) seria: *concluo que a temperatura subiu e a causa/razão/motivo que me leva a essa conclusão é o facto de eu saber que a neve derreteu*. Degand e Maat afirmam, face a exemplos como (6), que se trata de um raciocínio de tipo abdutivo: "*the real world effect is taken as an argument supporting a conclusion concerning the real world cause*" (1999, p.4). De facto, o raciocínio inferencial subjacente a (6) é diferente daquele que suporta (5), um raciocínio de tipo dedutivo; mas em ambos os casos estamos perante um entimema, já que há uma (mesma) premissa genérica implícita; sem entrarmos numa análise aprofundada sobre o carácter monotónico ou não-monotónico dos dois tipos de inferência assinalados, de escasso ou nulo relevo no quadro deste trabalho, diremos que (5) e (6) exemplificam alternativas de ordenação das duas categorias funcionais de uma argumentação simples: premissa > conclusão, conclusão > premissa. Consideramos, pois, que (5) e (6) mantêm, entre si, uma relação de paráfrase: tanto as conclusivas como as explicativas mobilizam a noção de causa, mas ambas envolvem uma referência ao raciocínio e à actividade discursiva do falante, o que não acontece com as causais ou com as consequenciais.

Note-se que a conclusão é asserida como assunção inferida a partir do que é apresentado como um facto na premissa. O carácter de mera assunção da conclusão pode ser tornado explícito pela inserção de operadores modais (ver 7, 8 e 9):

(7) A neve derreteu, portanto a temperatura *deve* ter subido.

(8) A neve derreteu, portanto, *provavelmente*, a temperatura subiu.

(9) O facto de a neve ter derretido leva-me a concluir/inferir que *provavelmente* a temperatura subiu.

Vejamos ainda (10), que constitui uma paráfrase de (7):

(10) *Provavelmente*, a temperatura subiu, porque a neve derreteu.

Neste último exemplo, o advérbio de frase modalizador só tem escopo sobre a primeira oração, o que nos permite extrair dois corolários: por um lado, a existência de dois actos discursivos/ilocutórios sequenciais, por outro<sup>7</sup>, o estatuto de mera assunção da oração inicial. Parece, pois, pertinente a observação de Degand e Maat, segundo a qual *in epistemic relations the consequence is not some state of affairs q in the world, but a mental state of the protagonist*. (1999, p.4)

<sup>(7)</sup> O facto de se tratar de dois actos discursivos ou ilocutórios sequenciais foi intuído pelos gramáticos tradicionais, que incluíram as construções explicativas no âmbito da coordenação e, não, da subordinação.

Importa ainda realçar que tanto nas construções conclusivas como nas explicativas, há um padrão entonacional específico, que envolve uma pausa entre o primeiro membro da construção e o segundo, o que não acontece nas causais, que funcionam tipicamente sem pausa entonacional entre a oração principal e a subordinada posposta.<sup>8</sup> Do ponto de vista das restrições de ordem, verifica-se uma posição fixa das conclusivas e explicativas, que são sempre pospostas.

Retomando os parâmetros de Hengeveld, talvez pudéssemos caracterizar as conclusivas e explicativas prototípicas do seguinte modo: (i) as entidades envolvidas são entidades de terceira ordem, intencionalmente interpretadas; (ii) a questão da referência temporal é irrelevante; (iii) a modalidade continua a ser factual, já que premissa e conclusão são consideradas verdadeiras no universo cognitivo do falante; (iv) há uma premissa pressuposta que legitima o entimema.

Nas construções explicativas, podemos ainda incluir exemplos como os que se apresentam em (11) e (12)<sup>9</sup>, parafraseados por construções que explicitam um nexos de causalidade ao nível ilocutório, em (18) e (19):

(11) Levanta-te, porque/que são horas de ir para a escola!

(12) Já que vais sair, podes comprar pão?

(13) Levanta-te e dou-te esta ordem porque (sei que) são horas de ir para a escola (ou: a causa/razão/motivo da minha ordem é o facto de serem horas de ir para a escola)

(14) Peço-te que compres pão e faço-te este pedido porque (sei que) que vais sair (ou: a causa/razão/motivo do meu pedido é o facto de ires sair).

Neste caso, o nexos causal/consequencial envolve de forma muito óbvia o plano ilocutório, ou seja, a oração introduzida por *porque* ou *já que* exprime a causa/a razão/o motivo que justificam a injunção ou o pedido feitos na oração matriz. O que diferencia a explicativa ilustrada em (6) da explicativa exemplificada em (11) é apenas o facto de, em (6), a conclusão revestir a forma assertiva, ao passo que em (11) a conclusão corresponde a um acto ilocutório directivo. De qualquer modo, também em (11) parece haver um esquema inferencial subjacente: em interpretação algo livre, o enunciado (11) pode ser parafraseado do seguinte modo 'se/quando são horas de ir para a escola, tu

<sup>(8)</sup> Este comportamento prosódico reflecte o facto de as causais resultarem de um só acto ilocutório: assere-se uma relação causal entre p e q.

<sup>(9)</sup> Alguns autores utilizam a expressão 'causais de enunciação' para este tipo de causais.

tens de te levantar (premissa elidida); são horas de ir para a escola, logo, tens de te levantar'.

Parece perfeitamente aceitável considerar que (11) e (11') são semanticamente equivalentes:

(11') São horas de ir para a escola, portanto, levanta-te!

Já (12) parece configurar uma construção algo distinta, não redutível de forma óbvia a um entimema. Daí o menor grau de aceitabilidade de uma paráfrase com conector conclusivo:

(12') ??Vais sair, portanto compra pão, por favor.

Neste caso, a asserção inicial introduzida pelo conector *já que* motiva o pedido subsequente, ou seja, a asserção é interpretada como condição preparatória para a realização do acto ilocutório de pedido. Ao explicitar a razão que torna apropriada a realização do acto ilocutório injuntivo, o falante constrói um preliminar discursivo que mitiga, de algum modo, a potencial ameaça à face do interlocutor contida nos actos directivos. Este tipo de construções merece um estudo mais aprofundado, que não se enquadra no objectivo deste estudo.<sup>10</sup>

Sintetizando: até aqui, verificamos que (i) as construções causais (*p porque q*) e consequenciais (*q daí que p*) permitem descrever uma sequência de eventos no mundo interligados de acordo com o nexos de causa/efeito e (ii) as construções conclusivas (*p portanto q*) e explicativas (*q, porque p*) expressam tipicamente um entimema, isto é, um raciocínio defectivo, uma argumentação em que uma das premissas está elidida. Nessas construções, há uma premissa expressa que é apresentada como causa/razão/motivo que leva o locutor a inferir (e asserir) uma determinada conclusão (consequência do raciocínio).

Elencados os tipos de construção cujo estudo tem convocado o nexos de causa/consequência, importa agora mencionar alguns enquadramentos teóricos da questão. Estamos perante conexões discursivas distintas, embora com afinidades entre si. Nas pesquisas desenvolvidas em torno da estrutura do discurso, no âmbito da linguística cognitiva e funcional, a noção de relação discursiva (também designada por relação de coerência ou relação retórica) é crucial. Para podermos construir uma representação mental coerente de um texto/discurso, é necessário que os segmentos que o constituem mantenham, entre si, determinadas relações de sentido, que podem estar ou não sinalizadas por marcadores linguísticos, os conectores (conjunções e advérbios conectivos).

<sup>(10)</sup> Na proposta de Hengeveld, as entidades envolvidas neste tipo de construções seriam entidades de quarta ordem, actos ilocutórios (*speech acts*).

Naturalmente, a presença de um conector guia e facilita o processo interpretativo, reduzindo o custo de processamento.

As diferenças entre os diversos conectores têm sido explicadas em função da distinta natureza da relação que instituem entre fragmentos discursivos, sendo a dicotomia relação semântica vs. relação pragmática freqüentemente aduzida neste âmbito (cf., entre outros, van Dijk (1977), Sanders et al. (1993), Sanders & Spooren (2001)). Assim, uma parametrização básica das relações discursivas geradoras de coerência textual envolve uma distinção entre relações semânticas, de conteúdo ou ideacionais, as que operam entre conteúdos proposicionais extensionalmente interpretados, e relações pragmáticas, cuja caracterização faz apelo ao raciocínio do falante e à dimensão ilocutória dos segmentos discursivos articulados. No primeiro caso, os conectores marcam/sinalizam uma relação entre situações do mundo externo, sociofísico, lingüisticamente representadas ao nível proposicional: as conexões causais e consequenciais são claramente relações deste tipo. No segundo caso, a relação discursiva constrói-se ao nível da coerência pragmático-funcional, ou seja, envolve as inferências do falante e a dimensão accional dos segmentos discursivos conectados: as conexões conclusivas e explicativas pressupõem um nível pragmático de representação discursiva, centrado na actividade argumentativa do falante.

Uma outra proposta relevante é a de Sweetser (1990), que postula três domínios de uso dos conectores: o domínio do conteúdo (que corresponde ao domínio semântico acima assinalado), o domínio epistêmico, que releva do mundo do raciocínio do falante e envolve o conjunto dos seus conhecimentos e crenças, e o domínio ilocutório, que envolve a dimensão accional da significação lingüística. O que está basicamente em jogo, na distinção entre plano do conteúdo e plano epistêmico, é, crucialmente, uma distinção ao nível do tipo de entidades representadas: em ambos os casos, o nível de significação contemplado é o nível proposicional, mas, no domínio do conteúdo, as proposições descrevem situações do mundo externo, são extensionalmente interpretadas, ao passo que, no domínio epistêmico, as proposições descrevem estados mentais, assunções, conhecimentos e/ou crenças do falante, são intencionalmente interpretadas.

As construções causais e consequenciais seriam descritas e explicadas no quadro do domínio do conteúdo. As construções conclusivas, na medida em que articulam premissa e conclusão, seriam integradas no domínio epistêmico e caracterizadas como expressão de uma relação de causa/consequência nesse mesmo domínio: o falante sabe que p e esse é o motivo (a causa) que o leva a concluir q, dada uma premissa genérica implícita

que confere consistência e validade ao raciocínio ou à inferência. Noutros termos, o conhecimento da verdade da premissa é condição suficiente para inferir a verdade da conclusão, dada a crença na premissa genérica. A extensão do conceito de causa ao domínio epistêmico parece configurar um *mapping* metafórico: "*we model our understanding of logic and thought processes on our understanding of the social and physical world*" (SWEETSER, 1990, p.21). As construções explicativas poderiam enquadrar-se ou no domínio epistêmico (ver ex. 6, que Sweetser integraria nas causais epistêmicas) ou no domínio ilocutório (ver exs. 11 e 12, integráveis por Sweetser nas causais ilocutórias); neste último caso, o nexos de causa/consequência seria relevante ao nível dos actos de discurso.

A tripartição dos domínios proposta por Sweetser merece alguns comentários. Se pensarmos que argumentar é, simultaneamente, encadear raciocínios e defender/asserir determinadas conclusões, então domínio epistêmico e ilocutório interligam-se de forma indissociável, pelo menos no terreno das construções conclusivas e das explicativas prototípicas<sup>11</sup>. Aliás, se pensarmos numa língua como o francês, verificamos que, contrariamente a *parce que*, um conector especializado na marcação de causa no domínio do conteúdo, *puisque* é utilizado quer nas causais epistêmicas, quer nas causais ilocutórias. Ou seja, a distinção que parece efectivamente relevante, em termos interpretativos, opõe a vertente meramente semântico-denotativa da linguagem à sua vertente enunciativo-pragmática. As construções causais e consequenciais ilustram paradigmaticamente relações discursivas de natureza semântica; as construções conclusivas e as explicativas, uma vez que ambas requerem, para a sua cabal caracterização, uma referência ao sujeito, serão por nós integradas nas relações discursivas de natureza pragmática. Assim, consideramos que é plausível subsumir as relações que operam nos domínios epistêmico e ilocutório na classe das relações discursivas pragmáticas.

Embora nos pareça que a dicotomia entre relações semânticas vs. relações pragmáticas evita alguns dos problemas suscitados pela tripartição dos domínios avançada por Sweetser, na segunda parte do trabalho vamos manter a metalinguagem desta autora, para facultar uma apresentação um pouco mais granulada dos resultados. Procuramos alargar a análise a um conjunto de conectores disponíveis na língua para a expressão da consequencialidade e inquirir se comutam ou não livremente, em função dos domínios de significação em que operam.

<sup>(11)</sup> Deixamos de lado exemplos como (17), provisoriamente designadas por *explicativas periféricas*

## 2. Análise de dados do *corpus*

Na parte final deste estudo, propomo-nos testar parcialmente a hipótese avançada por Degand & Maat (1999), que pode resumir-se nos seguintes termos: há uma escala de envolvimento do falante que explica a distribuição complementar dos conectores utilizados na expressão da causalidade/conseqüencialidade. Dizem os autores: "*the different relational interpretations can be ordered along a scale from minimal to maximal speaker involvement. Speaker involvement refers roughly to the degree to which the present speaker plays an active role in the construal of the causal relation.*" (p.2)

Partindo de exemplos recolhidos no *corpus* escrito do Português Europeu já referido, constituído por artigos de um jornal da imprensa diária, restringimos a análise a conectores consecutivos, designação genérica que abarca duas subdivisões internas, os conseqüenciais (*daí que*, *de modo que*), preferencialmente utilizados para introduzir enunciados que descrevem uma situação do mundo resultante de uma causa real ou como tal considerada por um sujeito de consciência<sup>12</sup> e os conclusivos (*portanto*), prototipicamente seleccionados quando se trata de exprimir uma conseqüência lógica extraída pelo falante a partir de uma premissa prévia. O conector *por isso*, à partida, parece poder sinalizar os dois tipos de nexos. A análise do *corpus* validará ou não esta hipótese. Nos exemplos seleccionados, procederemos, sempre que possível<sup>13</sup>, a comutações, de modo a aferir quais os conectores aceitáveis no contexto em causa.

Atente-se, então, para os seguintes exemplos, seleccionados em função do carácter não ambíguo da sua interpretação:

(15) "O futebol dos axadrezados, rápido e eficaz a meio-campo, empastelava junto à área com toques a mais e remates a menos, *daí que* só na segunda parte tenha surgido o gol da vitória."

(16) "Foi uma experiência nova: não podia ler nem escrever (...) e ditei para o gravador, *de modo que / por isso / ??portanto* aquilo que saiu é

<sup>(12)</sup> Integramos neste conjunto os enunciados que expressam o motivo/ a razão de uma determinada acção que envolve a volição de um agente, sendo essa acção apresentada como conseqüência: (i) Estava cansada, por isso fui-me embora.

<sup>(13)</sup> Esta restrição prende-se apenas ao facto de, em certos enunciados, nomeadamente aqueles em que ocorre o conector *daí que*, não ser possível efectuar a comutação sem alterar o modo e tempo do verbo do segundo membro da construção.

diferente do que eu habitualmente escrevo, ficou uma linguagem muito mais oral (...)"

(17) "Diz que não é "fundamentalista em nenhum sentido", *por isso / ?de modo que / portanto* não alinha em fervores antitabagistas."

(18) "Calhou andar a cantá-las na altura da gravação do novo disco, *por isso / de modo que / ?portanto* decidi aproveitá-las."

(19) "A rua é facilmente identificável, *por isso / \*de modo que / \*daí que / portanto* não tire fotografias..."

Em (15) e (16), a relação discursiva que garante a coerência entre os segmentos articulados pelos conectores é claramente uma relação de causa/conseqüência entre situações do mundo, descritas no nível dos conteúdos proposicionais. *Por isso*, *de modo que* e também *daí que* são comutáveis, prefaciando adequadamente o segmento que explicita a conseqüência. Já *portanto* parece inaceitável nestes contextos, o que indicia, desde logo, uma especialização deste conector na marcação de um outro tipo de nexos. Em (17), a conclusão apoiada na premissa 'não ser fundamentalista em nenhum sentido' aceita preferencialmente ser prefaciada por *portanto* ou *por isso*.

Em (18), exprime-se, no primeiro segmento, a razão ou motivo que explica a acção intencional descrita no segundo segmento. Neste contexto, o conector que suscita um certo grau de estranheza é *portanto*. Em (19), o segundo segmento exprime uma injunção negativa que resulta de um raciocínio de tipo inferencial (em paráfrase livre: se for fotografada, a rua é facilmente reconhecível; eu não quero que reconheçam a rua, logo, a rua não deve ser fotografada), e os conectores mais adequados parecem ser *portanto* e *por isso*. Dito de outro modo: o primeiro segmento configura a razão/o motivo que preside ao acto ilocutório directivo expresso no segundo segmento. O falante prepara esse acto através de uma seqüência discursiva preliminar que, justificando a injunção subsequente, atenua ou minimiza os seus aspectos negativos no que toca à invasão do território do outro. A paráfrase aceitável, neste caso, seria 'p é a razão/o motivo que preside à realização do acto discursivo x'. Note-se que, neste tipo de contextos, em que a relação discursiva envolve o plano ilocutório da significação só *por isso* e *portanto* são aceitáveis.

Importa, agora, alargar a análise a um maior número de dados. Para tal, recolhemos 22 ocorrências de cada um dos conectores em estudo, seleccionados aleatoriamente no *corpus*, e obtivemos os seguintes resultados:

Quadro I. Conectores

Conexões	Portanto	Por isso	Daí (que)	De modo que
Conseqüenciais Domínio do conteúdo	5 (22%)	14 (63%)	16 (72%)	15 (69%)
Conclusivas Domínio epistêmico	17 (78%)	7 (31%)	6 (28%)	7 (31%)
Domínio ilocutório		1 (6%)		

Naturalmente que os dados empíricos são escassos para qualquer tipo de generalização consistente. Trata-se, apenas, de uma amostra, que parece apontar para uma especialização de *portanto* na marcação da consequência epistêmica ou conclusão, e de *por isso*, *de modo que* e *dai (que)* na marcação da consequência no nível do plano do conteúdo. De qualquer modo, tudo aponta para uma distribuição de tipo escalar e, não, para uma disjunção absoluta de usos. Poder-se-á, então, correlacionar a seleção dos conectores com a questão da subjectividade, ou seja, com o maior ou menor envolvimento do falante no discurso? A evidência empírica de que dispomos parece sustentar uma resposta afirmativa. De facto, em contextos com um maior grau de subjectividade – os contextos epistêmico e ilocutório – há conectores que ocorrem de forma preferencial.

Para além do alargamento do *corpus*, julgamos que importa, ainda, recorrer a uma metodologia experimental para validar (ou não) os resultados provisórios obtidos. Pensamos concretamente na extracção de dados através de inquéritos a realizar junto de informantes, trabalho que nos propomos realizar proximamente, numa linha similar à que foi desenvolvida por Matt e Sanders (2001). Nessa futura investigação, será equacionada a noção de sujeito de consciência, que pode ou não coincidir com o sujeito falante, e que é relevante para demarcar fronteiras mais nítidas entre a expressão de consequências localizadas no mundo externo e a expressão de consequências que envolvem actos de sujeitos animados e dotados de intencionalidade. Neste âmbito, será pertinente confrontar construções conclusivas e construções consequenciais que implicam a descrição de um acto volitivo.

### Referências Bibliográficas

MAAT, H.P. e DEGAND, L. *Scaling causal relations in terms of speaker involvement*. *Cognitive Linguistics*, 12-3, 2001, p.211-246.

FARIA, I.H. Linguagem verbal: aspectos biológicos e cognitivos. FARIA, I.H., PEDRO, E.R., DUARTE, I. e GOUVEIA, C. (orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996, p.35-55.

\_\_\_\_\_. A propósito de causalidade. CASTRO, I. e DUARTE, I. (orgs.). *Razões e Emoção*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p.279-290.

HENGEVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. Van der AUWERA (ed.). *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 1998, p.335-420.

LOPES, A.C.M., PEZATTI, E. e NOVAES, N.B. As construções com portanto no português europeu e no português brasileiro. *Scripta*, 5,9, 2001, p.203-218

LOPES, O. *Gramática simbólica do Português*. Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência, 1971.

MANN, W.C. e THOMPSON, S.A. Rhetorical structure theory: toward a functional theory of text organization. *Text*, 8, 1988, p.243-281.

MAAT, H.P. e SANDERS, T. Subjectivity in causal connectives: an empirical study of language in use. *Cognitive linguistics*, 12, 3, 2001, p.247-273.

NEVES, M.H.M. Uma versão integrada das construções complexas de causalidade. MOTA, M.A. e MARQUILHAS, R. (orgs.). *Actas do XIII Encontro Nacional da APL*. Lisboa: Colibri, p.143-154.

PERES, J. Sobre conexões proposicionais em Português. BRITO, A.M. et al. (orgs.). *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, p.775-787.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Van DIJK, T.A. *Text and context*. London: Longman, 1977

WIERZBICKA, A. *Semantics, primes and universals*. New York: Oxford University Press, 1996.